



1 **1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO DEPARTAMENTO DE DIREITO DO**
2 **INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DE VOLTA REDONDA**

3 Aos 09 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, às onze horas, ocorreu na sala
4 210 – A, do ICHS, sob a presidência do professor Marcus Wagner de Seixas, a primeira
5 Reunião Ordinária do Colegiado Departamental do ano de 2018 do Curso de Direito do
6 Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda. Participaram da Reunião os
7 seguintes Professores em ordem alfabética: Andressa Guimarães Torquato Fernandes,
8 Clarissa Maria Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski, Dalmir José Lopes Junior,
9 Marcelo de Carvalho, Marco Aurélio Lagreca Casamasso, Mariana Devezas Rodrigues
10 Murias de Menezes, Patrícia Silva Cardoso, Pedro Curvello Saavedra Avzaradel e
11 Vinícius Figueiredo Chaves, assim como o professor substituto Marco Antonio
12 Rodrigues Jorge. Os professores Anna Cecília Faro Bonan, Ana Alice De Carli, Antonio
13 D'Elia Junior, Carla Appollinario de Castro, Carlos Eduardo Cunha Martins Silva,
14 Josycler Aparecida Arana Santos, Renata Braga Klevenhusen e Taiguara Líbano Soares
15 e Souza justificaram a ausência. Os professores João Paulo Orsini Martinelli e Quintino
16 Lopes de Castro Tavares encontram-se afastados e, portanto, dispensados. A professora
17 Vanessa Iacomini, encontra-se de férias e, portanto, dispensada. As alunas Fernanda
18 Valéria Macedo de Nogueira e Larissa Cristina Garcez Silva representaram o Centro
19 Acadêmico. A funcionária do NPJ, Ana Carolina Gomes, participou da reunião e a
20 funcionária da Coordenação, Tatiana Ferreira, justificou ausência por motivo de saúde.
21 Iniciando a reunião o Professor Marcus Wagner de Seixas informou a pauta: 1)
22 Aprovação da ata de reunião anterior; 2) Aprovação de ata ad referendum; 3)
23 Aprovação da nova data da seleção simplificada para professor substituto de Direito
24 Processual Civil; 4) Entrega dos diários 2017.2, quadro de horário e cronogramas
25 2018.1; 5) Aprovação dos RADs 2017; 6) Aprovação do parecer de 24 meses da
26 Comissão Avaliadora do processo de estágio probatório do professor Vinícius
27 Figueiredo Chaves; 7) Aprovação do parecer de 24 meses da Comissão Avaliadora do
28 processo de estágio probatório do professor Taiguara Líbano Soares e Souza; 8)
29 Aprovação de Comissão Avaliadora da progressão funcional do professor Vinicius
30 Figueiredo Chaves; 9) Correção do termo de aprovação do processo de progressão
31 funcional da professora Vanessa Iacomini da classe B (Assistente) nível 2 para a classe
32 C (Adjunto) nível 1; 10) Aprovação do Estagiário Docente, Rafael Barcelos Tristão, do
33 prof Taiguara; 11) Solicitação dos alunos para abrir turma de Direito Empresarial III /
34 Regime especial de aprendizagem; 12) Comissão eleitoral para consulta de chefia,
35 coordenação da graduação, coordenação da Pós Graduação Lato Sensu Prática em
36 Residência Jurídica e da Pós Graduação Lato Sensu Acadêmica; 13) Aprovação do
37 calendário de TCC para 2018.1; 14) Barema de seleção de professor substituto; 15)
38 Aprovar ampliação do NPJ e criação de sala de aula, Observatório de Direitos Humanos
39 do Sul Fluminense, fraldário, mini sala para atendimento da Liga e Empresas Juniores
40 do ICHS e reforma da sala 210-A; 16) Oferta da disciplina Direito Constitucional para
41 outros Cursos; 17) Projeto de pesquisa na área da disciplina Direito do Petróleo; 18)
42 Sugestão da professora Mariana Devezas de calendário para apreciação e 19) Assuntos
43 Gerais. **No item 1 da pauta**, Aprovação da ata anterior, o colegiado departamental
44 aprovou a ata da 1ª Reunião Extraordinária do Departamento de 2018, tendo sido
45 assinada pelos presentes. **No item 2 da pauta**, Aprovação de ata ad referendum, o
46 colegiado departamental aprovou a decisão ad referendum da nomeação pró-tempore

ACGF



Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Direito

47 dos professores Ana Alice de Carli (titular) e Carlos Eduardo (Vice) para a
48 coordenação da Pós graduação Lato Sensu em Residência jurídica, assim como o
49 professor Marco Aurélio Lagraca Casamasso (titular) e Patrícia Silva Cardoso (vice)
50 para a coordenação da Pós graduação Lato Sensu Acadêmica. **No item 3 da pauta,**
51 Aprovação da nova data da seleção simplificada para professor substituto na área de
52 Direito Processual Civil, tendo em vista a impossibilidade da realização da seleção
53 simplificada de Direito Processual Civil nas datas anteriormente aprovadas, em virtude
54 do atraso na publicação do Boletim de serviço com a prorrogação do afastamento do
55 professor Quintino Tavares, o colegiado departamental aprovou as seguintes datas para
56 a realização da seleção: 16 e 17 de maio, mantidos os professores Mariana Devezas
57 Murias de Menezes, Matheus Vidal Gomes Monteiro, Patrícia Silva Cardoso, Josyler
58 Aparecida Arana Santos (suplente) e Carla Appollinario de Castro (secretária), na
59 banca avaliadora. **No item 4 da pauta,** Entrega dos diários 2017.2, quadro de horário e
60 cronogramas 2018.1, fica consignado em ata o seguinte: não entregaram os diários
61 2017/2º - professores Carlos Eduardo Cunha Martins Silva, Clarissa Maria Beatriz
62 Brandão de Carvalho Kowarski, Dalmir José Lopes Junior, Marcelo de Carvalho,
63 Taiguara Líbano Soares e Souza, Vanessa Iacomini e Anna Cecília Faro Bonan; todos
64 entregaram os quadros de atividade 2018/1º; não entregaram os cronogramas de 2018/1º
65 - professores Carlos Eduardo Cunha Martins Silva, Josyler Aparecida Arana Santos e
66 Anna Cecília Faro Bonan. **No item 5 da pauta,** Aprovação dos RADs 2017, foram
67 aprovados pela plenária departamental os RADs 2017 dos seguintes professores, Ana
68 Alice De Carli, Andressa Guimarães Torquato Fernandes, Antônio D'Elia Junior, Carla
69 Appollinario de Castro, Carlos Eduardo Cunha Martins Silva, Dalmir José Lopes Junior,
70 Josyler Aparecida Arana Santos, Marco Aurélio Lagraca Casamasso, Marcus Wagner
71 de Seixas, Mariana Devezas Rodrigues Murias de Menezes, Matheus Vidal Gomes
72 Monteiro, Patrícia Silva Cardoso, Renata Braga Klevenhusen, Vinícius Figueiredo
73 Chaves e Anna Cecília Faro Bonan. **No item 6 da pauta,** Aprovação do parecer de 24
74 meses da Comissão Avaliadora do processo de estágio probatório do professor Vinícius
75 Figueiredo Chaves, o colegiado departamental aprovou o parecer de 24 meses da
76 comissão avaliadora do processo de estágio probatório do professor Vinícius Figueiredo
77 Chaves. **No item 7 da pauta,** Aprovação do parecer de 24 meses da Comissão
78 Avaliadora do processo de estágio probatório do professor Taiguara Líbano Soares e
79 Souza, o colegiado departamental aprovou o parecer de 24 meses da comissão
80 avaliadora do processo de estágio probatório do professor Taiguara Líbano Soares e
81 Souza. **No item 8 da pauta,** Aprovação de Comissão Avaliadora da progressão
82 funcional do professor Vinicius Figueiredo Chaves, o colegiado departamental aprovou
83 os seguintes nomes: Marcus Wagner de Seixas, Patrícia Silva Cardoso e Marco Aurélio
84 Lagraca Casamasso. **No item 9 da pauta,** Correção do termo de aprovação do processo
85 de progressão funcional da professora Vanessa Iacomini da classe B (Assistente) nível 2
86 para a classe C (Adjunto) nível 1, o colegiado departamental aprovou o parecer da
87 comissão avaliadora do processo de progressão funcional da professora Vanessa
88 Iacomini progredindo a mesma da classe B (Assistente) nível 2 para a classe C
89 (Adjunto) nível 1. **No item 10 da pauta,** Aprovação do Estagiário Docente, Rafael
90 Barcelos Tristão, do prof Taiguara, o colegiado departamental aprovou a solicitação do
91 professor Taiguara Líbano para que o estagiário docente, Rafael Tristão, o auxilie nas
92 suas aulas neste semestre. **No item 11 da pauta,** Solicitação dos alunos para abrir turma
93 de Direito Empresarial III / Regime especial de aprendizagem, o professor Marcus

ACGF

2



Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Direito

94 Seixas disse que a disciplina de Direito Empresarial III terá que ser oferecida porque
95 alguns alunos irão se formar este semestre. O professor Marcus informou que foi
96 acordado o rodízio entre as disciplinas de Direito Empresarial I e II e II e III tendo em
97 vista o Departamento possuir um único professor da disciplina. Disse ainda que o
98 problema vai persistir até que seja resolvido definitivamente e que sugere a seguinte
99 opção para o próximo semestre: reduzir a carga horária de Direito Empresarial III de
100 60h para 30h já que o curso tem essa possibilidade na matriz curricular, para o semestre
101 corrente a opção seria o regime especial de aprendizagem. O professor Marcus Seixas
102 informou que a professora Mariana Devezas se colocou a disposição para ajudar com a
103 disciplina no próximo semestre. O professor Vinícius Chaves disse que a disciplina foi
104 oferecida semestre passado e não entende porque esses alunos não fizeram a disciplina
105 naquele momento. O professor disse ainda que entende a urgência e não irá se furtar da
106 obrigação consentindo então com o regime especial de aprendizagem para esses alunos.
107 O professor Vinícius informou que foi aceito para cursar o pós-doutorado, que pretende
108 cursar no próximo semestre e com isso não teria condições de assumir a disciplina de
109 Direito Empresarial III semestre que vem. O professor sugere que a disciplina seja
110 transferida para EAD e esclarece também que as disciplinas de Direito Empresarial são
111 densas e acha que elas não devem ficar nos últimos períodos, sugerindo uma
112 reformulação geral. O professor Marcus Seixas disse que alguma disciplina tem que ser
113 oferecida no décimo período. A professora Clarissa disse que se coloca a disposição
114 para ajudar na disciplina de Direito Empresarial III. A professora Mariana Devezas
115 disse que falta uma compreensão do perfil do curso e que poderia ser aberta uma
116 discussão com a participação de todos. O professor Dalmir Lopes sugere reavaliar o
117 Plano Pedagógico do Curso, rediscutindo as linhas seguidas anteriormente quando de
118 sua concepção, antes de 2011. A professora Clarissa Brandão disse que passou do
119 momento do curso ter essa discussão e que o curso deve ser discutido como um todo. O
120 professor Pedro Curvello sugeriu um mecanismo de avaliação, obtendo dados já obtidos
121 pela professora Renata. O professor Pedro disse que a questão de Direito Empresarial
122 deva passar pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), uma vez que a questão irá se
123 repetir. O professor Marco Casamasso sugere dar uma parada e pensar no curso. A
124 professora Patrícia Cardoso sugere pedir ajuda ao CADOM para que se possa ter uma
125 impressão geral dos egressos. A aluna Larissa disse que entende a falta de professores e
126 questões como redução de carga horária e passar Direito Empresarial III para EAD,
127 porém concorda com as professoras Mariana e Clarissa no sentido de que a situação
128 atual do curso deva ser repensada. Ficou aprovado pelo colegiado departamental que
129 neste semestre a disciplina de Direito Empresarial III será ministrada em regime
130 especial pelo professor Vinícius Chaves e que no próximo semestre Direito Empresarial
131 I, II e III serão ofertados concomitantemente, cabendo ao novo professor substituto
132 assumir Empresarial III. Foi aprovado também a inserção dos pré-requisitos para Direito
133 Empresarial II e III. O professor Marcus Seixas disse que fica aprovado pelo
134 Departamento a sugestão de que a Coordenação do Curso tome as medidas necessárias
135 nas ações decorrentes da revisão do Plano Pedagógico como um todo. Com relação às
136 disciplinas EAD, o professor Marcus Seixas esclarece que o atraso no início das aulas
137 não prejudicarão o conteúdo porque os feriados não atingirão as aulas e portanto as 16
138 semanas serão cumpridas; que neste semestre as secretarias das coordenações que
139 ficaram responsáveis por enviar a lista com os nomes dos alunos para Niterói, que antes
140 quem fazia a função era o próprio professor e que as coordenações optaram por enviar

Marcus

[Signature]

[Signature]

[Signature]

ACGF

[Signature]

[Signature]



Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Direito

141 mais tarde a lista porque a todo tempo durante o ajuste tem aluno solicitando a inscrição
142 na disciplina; que já conversou com o Diretor Marcelo Amaral a fim de buscar uma
143 solução para que o início das aulas em 2018.2 não atrasem. O professor Marcus Seixas
144 disse ainda que é prematuro fazer uma avaliação do modelo atualmente porque é muito
145 recente a implementação das disciplinas EAD. No item 12 da pauta, Comissão eleitoral
146 para consulta de chefia, coordenação da graduação, coordenação da Pós Graduação Lato
147 Sensu Prática em Residência Jurídica e da Pós Graduação Lato Sensu Acadêmica, o
148 colegiado departamental aprovou o seguinte: uma Comissão eleitoral única para
149 consulta, separada por processos distintos - professores Pedro Curvello Saavedra
150 Avzaradel, Josyler Aparecida Arana Santos e Marcelo de Carvalho (suplente),
151 discentes Mirassol Garcia e Andressa Pedrosa e a técnica administrativa Priscilla de
152 Souza e que as datas serão 25, 26 e 27 de junho. O professor Pedro Curvello disse que
153 irá pedir urna eletrônica para a realização das eleições. **No item 13 da pauta,**
154 **Aprovação do calendário de TCC para 2018.1,** o colegiado departamental aprovou o
155 **calendário do TCC 2018** previamente encaminhado pelo prof Delia. **No item 14 da**
156 **pauta,** Barema de seleção de professor substituto, o colegiado departamental aprova a
157 realização de adaptação do barema para melhor avaliar o candidato das seleções de
158 professor substituto. A adaptação será feita pelo professor Marco Casamasso. **No item**
159 **15 da pauta,** o professor Marcus Seixas informou que através das emendas
160 parlamentares dos Deputados Glauber Braga e Otávio Leite será ampliado o NPJ, com a
161 criação de uma sala de aula, Observatório de Direitos Humanos do Sul Fluminense,
162 fraldário, mini sala para atendimento das Empresas Juniores do ICHS e a reforma da
163 sala 210-A, bem como mini-sala para a Liga Acadêmica em conjunto com o projeto
164 Soliduff e o CADOM (esses dois últimos a pedido do Centro Acadêmico). Aprovado
165 pelo colegiado departamental. **No item 16 da pauta,** Oferta da disciplina Direito
166 Constitucional para outros Cursos, o professor Marco Casamasso disse que foram
167 abertas vagas na turma de Direito Constitucional I para os alunos do curso de
168 Administração Pública e ele não foi avisado. O professor disse ainda que os alunos de
169 Administração Pública reclamaram com ele que as aulas são voltadas para os alunos do
170 curso de Direito, que ele conversou com o representante do curso de Administração
171 Pública e com o coordenador do curso e disse que realmente ministra aulas para o curso
172 de Direito, que não pode diminuir a qualidade das aulas no ponto de vista jurídico. O
173 professor destacou que não vê como uma boa solução fazer essa junção porque são
174 outras preocupações e outros objetivos e pediu que a questão fosse corrigida. O
175 professor relatou que paralelamente a isso, no semestre passado ao entrar em sala de
176 aula tinha uma aluna com carrinho de bebê com a filha para assistir aulas e que ele não
177 vê problema nenhum nisso, que já deu aulas em outras universidades que tinham mães
178 com filhos, que em um determinado momento quando a criança chorou ele preferiu
179 parar aula até que pudesse prosseguir, pois não consegue se concentrar com barulhos
180 dentro da sala de aula, que retornou a aula e a criança chorou novamente, que ele
181 preferiu parar novamente, que a aluna saiu da sala e nunca mais voltou. Neste semestre
182 a mesma aluna retornou nessa turma de Administração Pública, que a aluna disse pra ele
183 que dessa vez ele não iria "proibi-la" de fazer a disciplina, que ele disse que não proibiu
184 ninguém, que ela disse que nem precisava proibir, que só pela cara dele sentiu que
185 estava incomodando e preferiu trancar a disciplina, o professor prosseguiu com a aula e
186 ocorreu tudo normalmente. O professor disse que a aluna trancou a disciplina
187 novamente, que alguns alunos de Administração Pública estão revoltados, que ele

ACGF



Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Direito

188 conversou com o coordenador de Administração Pública, que o mesmo disse que
189 também ocorre essa situação, mas se concentra ao máximo para dar as aulas. O
190 professor Marco Casamasso destacou que é pai e entende criança, não vê problema em
191 mãe com filhos na sala de aula, que não proibiu e nem pode proibir, que não houve
192 diálogo, que a aluna não o procurou, que ele ficou com um papel de “professor mau” na
193 história, que pediu a Tatiana para falar para a aluna não trancar a disciplina, mas que a
194 aluna não quis retornar, pois disse que se sentiu humilhada. O professor disse que
195 sugere um protocolo na Universidade para que os professores sejam avisados
196 previamente sobre a presença de crianças na sala de aula e que haja uma comunicação
197 entre aluno e professor para que tudo possa transcorrer sem problemas. O professor
198 Marcelo de Carvalho disse que se solidariza com a questão, que têm dois alunos de
199 Administração Pública fazendo Direito Penal e entende que não irá acrescentar em nada
200 na vida acadêmica do aluno aquela disciplina. O professor Pedro Curvello disse que já
201 ministrou essa disciplina três vezes para o curso de Administração Pública, e que foi
202 aprovada pelo Departamento, salvo melhor juízo em 2015, essa junção dos alunos de
203 Administração Pública assistirem aula de Direito Constitucional no curso de Direito
204 pela falta de professores, tanto que o código da disciplina que era ministrada para esse
205 curso de Administração Pública passou a ser VDI. A professora Patrícia Cardoso disse
206 que se solidariza com o professor Marco Casamasso e que o nível do curso deve ser
207 mantido, que não entende a revolta do alunado de Administração Pública, já que o
208 professor Marco Casamasso se mostra flexível para compor e conversar. A professora
209 Mariana Devezas disse que os alunos deveriam recorrer ao próprio curso para resolver a
210 questão. A aluna Fernanda do Centro Acadêmico disse que ao longo da semana tentará
211 um diálogo com os alunos de Administração pública para tentar ajudar na demanda do
212 professor Marco Casamasso. O professor Marcus Seixas disse que existe um acordo
213 para a oferta de vagas eletivas entre os cursos, que todo semestre as coordenações
214 mandam memorandos solicitando vagas no curso, que com relação a este semestre a
215 disciplina em referência continuará a ser ministrada normalmente e que se compromete
216 a discutir a questão com o outro curso para o próximo semestre. **No item 17 da pauta,**
217 Projeto de pesquisa na área da disciplina Direito do Petróleo, a professora Clarissa
218 Maria Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski solicitou a aprovação do colegiado para o
219 seu projeto de pesquisa cujo título é: Desenvolvimento de metodologia para apoio à
220 decisão em projetos de descomissionamento de sistemas submarinos de produção de
221 petróleo. A professora Clarissa Brandão disse que o pedido é fundamentado na
222 resolução 566/2017 da UFF e informou que não haverá o recebimento de pró-labore,
223 somente bolsa. A solicitação foi aprovada pelo Colegiado departamental. **No item 18 da**
224 **pauta,** Sugestão da professora Mariana Devezas de calendário para apreciação, a
225 professora Mariana encaminhou uma sugestão para que seja montado um calendário de
226 reuniões para o ano, a fim de que todos os professores sejam beneficiados e pudessem
227 participar. O professor Marcus Seixas pediu mais paciência para a elaboração desse
228 calendário, uma vez que ele está em fase de defesa de tese e sugeriu que ficasse para o
229 próximo semestre essa elaboração para que o calendário seja mais fixo. **No item 19 da**
230 **pauta,** Assuntos Gerais, o professor Marcus Seixas informou que tomou conhecimento
231 de alguns problemas pontuais que ocorreram com alunos do Direito em processos
232 pretéritos de seleção de estagiários para a Defensoria Pública da União e Tribunal
233 Regional do Trabalho (TRT) e que como chefe do Departamento tomou as providências
234 cabíveis para ajudar, em conjunto com a Coordenação do Curso, como por exemplo na

Alunado

ACGF



Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Direito

235 obtenção da nota no Enade, requisito pedido pelo TRT e que em ambas as situações os
236 problemas enfrentados por nossos alunos foram sanados e foram aprovados
237 normalmente entre os primeiros lugares. Com relação ao processo de seleção de
238 estagiários para o Ministério Público Federal o professor Marcus Seixas informou que
239 não teve conhecimento sobre demanda dos alunos que se sentiram prejudicados, tendo
240 ouvido pelos corredores o problema. O professor Marcelo de Carvalho disse que a
241 pedido dos alunos que se sentiram prejudicados foi signatário de um parecer técnico
242 para corroborar os pedidos de recurso dos que haviam tirado nota baixa no processo de
243 seleção de estagiários do órgão, por conta de uma questão. O professor Marcelo de
244 Carvalho disse que no parecer foi abordada a subjetividade da questão discursiva da
245 prova e que a mesma ainda não havia sido decidida definitivamente pelo Supremo
246 Tribunal Federal, o que não caberia uma única posição somente. O professor Marcelo
247 informou que o parecer foi assinado por ele e pelos professores Anna Cecília, Carlos
248 Eduardo e Taiguara. O plenário solicitou que fosse encaminhada uma cópia do referido
249 parecer para que todos, em especial a Chefia, tivessem conhecimento de seu teor. O
250 professor Vinícius disse que no dia 14 de maio será realizado um evento aqui na UFF
251 com parceria da EMERJ para o desenvolvimento do conhecimento de carreiras jurídicas
252 e que pretende continuar com o projeto trazendo mais carreiras. O professor Pedro
253 Curvello informou que no dia 06 de junho ocorrerá o evento anual do GEMADI. O
254 professor Marcus Seixas informou que o Deputado Federal Alexandre Serfiotis destinou
255 Emenda de R\$ 200.000,00 para construção de uma quadra poliesportiva no gramado do
256 campus do Aterrado. O Plenário concorda com a destinação e iniciativa e solicita
257 aprovação das unidades do ICHS e do ICEX. Fica consignado em ata que o professor
258 Vinícius Figueiredo Chaves justificou a ausência na última reunião departamental.
259 Como nada mais houve a tratar, foi encerrada a reunião às quinze horas e dez minutos e
260 eu, Marcus Wagner de Seixas lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será
261 assinada por mim e por todos os membros do colegiado presentes na reunião.



Almeida



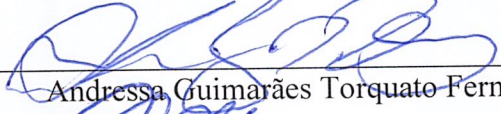
ACGF








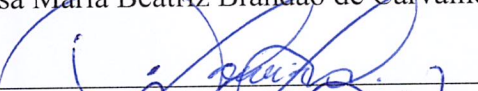
Marcus Wagner de Seixas
(Chefe do Departamento)



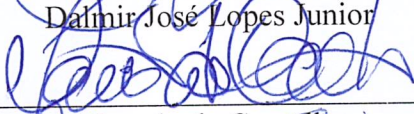
Andressa Guimarães Torquato Fernandes



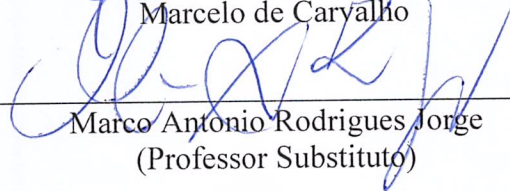
Clarissa Maria Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski



Dalmir José Lopes Junior



Marcelo de Carvalho



Marco Antonio Rodrigues Jorge
(Professor Substituto)



Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Direito

282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317

Marco Aurélio Lagreca Casamasso

Mariana Devezas Rodrigues Murias de Menezes

Patrícia Silva Cardoso

Pedro Curvello Saavedra Avzaradel

Vinícius Figueiredo Chaves

Ana Carolina Gomes
(Funcionária do NPJ)

Alunas votantes -Representantes do Centro Acadêmico:

Fernanda Valéria Macedo de Nogueira

Larissa Cristina Garcez-Silva

Esta página corresponde à Ata da 1ª Reunião Ordinária de 2018 do Departamento de
Direito de Volta Redonda, realizada no dia 09 de abril de 2018.